----------Ata número quatro de dois mil e vinte e seis----------

------Ao vigésimo nono dia do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a requerimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

------**Ponto único**: Aprovação dos Encargos Plurianuais referentes à empreitada da Criação do Centro de Incubadora de Empresas.----------

------Presentes os senhores, Luís Miguel Silva Marques, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal que, nesta qualidade, abriu a sessão às dez horas e dois minutos, a Primeira Secretária, Andreia Sofia Santos Mota, (em substituição da Primeira Secretária, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa), o Segundo Secretário, Marco António Gonçalves Teixeira (em substituição do Segundo Secretário, Luís Miguel Silva Marques), Jorge Filipe Portela, João Miguel Mansilha Correia, Carlos Alexandre Dias Pereira (em substituição do membro Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa), Pedro Miguel de Castro Alves Monteiro (em substituição do membro Joana Monteiro Pires de Lima), Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, José Manuel de Oliveira Marante, José Ângelo Pinto Vieira e Pedro Miguel Alves Poças (PS), Hélder Manuel Gomes Ferreira, Carlos Miguel Freitas Ferreira, Lisa Maria de Oliveira Martins, Paula Cristina Alves Teixeira Costa, Tiago Miguel Rodrigues Alves e Márcio Joel Pereira Ribeiro (PPD/PSD).----------

------Presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal e Manuel Fernando Mesquita Correia, vereador (PS), Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Diogo Miguel Figueiredo Rocha vereadores (PPD/PSD).----------

**FALTAS JUSTIFICADAS:** Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, Joana Monteiro Pires de Lima e a vereadora Sandra Cristina Barbosa Ferreira (PS) e Igor Marcos Farinha Miranda Ferreira (PPD/PSD).----------

**FALTAS INJUSTIFICADAS:** Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues (PPD/PSD. ----------

------**Ponto Único:** Apreciação e aprovação da Prestação de Contas Consolidada do Exercício Económico de 2020, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.----------

------Iniciada a apreciação do ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a intervenção em causa decorre de uma candidatura iniciada em 2025, a qual já se encontra aprovada. Informou ainda que o Município entendeu promover um novo procedimento concursal, prevendo um reforço do valor da empreitada na ordem dos 400

mil euros, em virtude do anterior procedimento concursal ter ficado deserto. Acrescentou que o prazo para a conclusão da obra termina em agosto de 2027.----------

------O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), no uso da palavra, afirmou que, do ponto de vista político e jurídico, considera inadmissível que o Executivo Municipal submeta à apreciação da Assembleia Municipal a despesa extraordinária, sem apresentar qualquer relatório técnico ou financeiro que a fundamente. Referiu que está a ser proposto um novo encargo sem que sejam conhecidos os motivos que o justifiquem. Acrescentou ainda que, embora seja do conhecimento de todos que o procedimento concursal ficou deserto, permanece por esclarecer a respetiva fundamentação, questionando, por isso, se existe alguma informação técnica ou financeira que sustente o aumento dos valores agora propostos.----------

------O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a estimativa orçamental foi elaborada pela empresa responsável pela elaboração do projeto, encontrando-se aí refletida a fundamentação para a atualização dos valores. Referiu que o aumento dos custos resulta da conjuntura verificada nos últimos anos, designadamente das intempéries e do contexto internacional, nomeadamente da guerra, que provocaram um acréscimo significativo no preço de diversos materiais, nalguns casos na ordem dos 50%. Acrescentou que os procedimentos concursais não ficam desertos por falta de empreiteiros, mas, sobretudo, porque os preços base deixam de corresponder aos valores praticados no mercado. Salientou que a revisão da estimativa orçamental não foi efetuada pela Câmara Municipal, mas pelo projetista, que, confrontado com a realidade do mercado, procedeu à atualização dos preços. Referiu, ainda, que o processo exige celeridade, uma vez que os prazos são muito curtos, manifestando a convicção de que a oposição dispõe de toda a informação necessária para compreender a fundamentação da proposta. Acrescentou que, ao contrário do que se encontra previsto na lei quanto à possibilidade de isenção da revisão de preços em determinadas circunstâncias, o Município optou por proceder à revisão do projeto, por entender que dispunha de tempo para o fazer, considerando que a opção contrária poderia ser interpretada como uma tentativa de contornar a lei. Concluiu afirmando que o parecer favorável do Tribunal de Contas lhe confere segurança quanto à legalidade do procedimento, entendendo que, sem esse enquadramento, a concretização da obra poderia ficar comprometida. Esclareceu ainda que não corresponde à realidade a alegação da oposição de que terá sido criada uma empresa com o propósito de vencer o procedimento concursal. Referiu que esse tipo de afirmações coloca em causa a idoneidade e a seriedade do júri do procedimento, bem

como dos técnicos da Câmara Municipal envolvidos no processo. Acrescentou que os convites são dirigidos quer a empresas que participam pela primeira vez, quer a empresas com experiência e reconhecida capacidade no setor. Afirmou ainda que, na sua perspetiva, as declarações de voto apresentadas pela oposição seguem reiteradamente a mesma linha de argumentação, assentando no levantamento de suspeições relativamente à atuação do Executivo e aos procedimentos adotados. Por último, referiu que a ideia que lhe fica é a de que a oposição não pretende que se faça alguma coisa por Mesão Frio, mas sim que, daqui a três anos, não exista obra realizada, acrescentando que, em última análise, será a população a avaliar o trabalho desenvolvido. Referiu que se trata de uma obra de grande importância para o concelho. Reconheceu que a informação e a documentação foram disponibilizadas com pouca antecedência, mas salientou que a revisão de preços se encontra devidamente refletida na documentação apresentada.----------

------O membro Jorge Portela (PS), no uso da palavra, referiu que a bancada do Partido Socialista considera tratar-se de um projeto de elevada importância para o Concelho, constituindo um marco histórico, uma vez que, durante muitos anos, se procurou recuperar o edifício da antiga residência de estudantes, o qual não integrava o património da Câmara Municipal. Acrescentou que a discussão em curso incide sobre o valor agora proposto, salientando, contudo, que, durante a execução da empreitada, os preços poderão vir a sofrer novas variações, como sucede frequentemente em obras desta natureza, podendo daí resultar um acréscimo do custo final da intervenção.----------

------O membro Hélder Ferreira (PPD/PSD), disse que, na sua perspetiva, a principal necessidade do concelho de Mesão Frio é a habitação, considerando tratar-se de um grave problema social, uma vez que a população enfrenta dificuldades em encontrar habitação disponível. Acrescentou ainda que a posição do PPD/PSD não é contra a realização de obras na antiga residência de estudantes, mas sim àquilo que considera ser a ausência de uma estratégia devidamente definida na atuação do Executivo Municipal.----------

------O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, relativamente à habitação, e conforme já havia referido anteriormente, entende que a Estratégia Local de Habitação foi inicialmente mal concebida. Acrescentou que, quando o atual Executivo tomou posse, a estratégia se encontrava sem desenvolvimento, tendo posteriormente o processo ficado condicionado durante cerca de dois anos e meio por decisão da Administração Central. Referiu ainda que a Câmara Municipal cumpriu todas as suas obrigações em tempo útil, tendo submetido toda a documentação dentro dos prazos

estabelecidos e realizado as reuniões necessárias com os técnicos do IHRU, salientando que o Município atuou de forma diligente ao longo de todo o processo.----------

-------O membro Lisa Martins questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual a empresa que se encontra a prestar aconselhamento ao Executivo Municipal relativamente ao Centro de Incubação de Empresas. Referiu ainda que a UTAD poderá prestar esse apoio, salientando que a implementação de um Centro de Incubadora de Empresas exige um trabalho preparatório que deve ser devidamente desenvolvido. Questionou, igualmente, quem será o responsável pela gestão do Centro de Incubadora de Empresas. Acrescentou que o caminho seguido poderá não ser o mais adequado, defendendo que é necessária uma mudança de mentalidades. Na sua perspetiva, neste momento, deveria estar a ser promovida a formação de pessoas para captar e atrair empresas para o concelho. Concluiu afirmando que há ainda muito trabalho a desenvolver e que o projeto não se resume às obras ou ao edifício.----------

------O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que para já, nesta fase inicial, as entidades com as quais a Câmara Municipal está a trabalhar para a implementação do Centro de Incubadora de Empresas, são o Instituto Empresarial do Tâmega (IET), a Associação Comercial, Industrial dos concelhos de Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio (ACIR) e a NERVIR.----------

------O membro Lisa Martins, no uso da palavra, referiu que acompanhará a estratégia que o Executivo Municipal irá adotar para que o Centro de Incubadora de Empresas avance finalmente. Manifestou que ficaria muito satisfeita se o Centro de Incubadora de Empresas viesse efetivamente a acolher diversas empresas e defendeu que o Executivo Municipal deveria estabelecer contactos com outras universidades, salientando que, na sua opinião, o Município de Mesão Frio raramente o fez e que não tem procurado oportunidades nesse âmbito.----------

------O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que já foi realizada uma reunião com o Senhor Reitor da UTAD, no âmbito do protocolo celebrado entre o Município e aquela instituição, relacionado com a área da saúde e o apoio à fixação de médicos. Referiu ainda que, ao longo do presente ano e parte do ano anterior, o Município tem suportado um elevado esforço financeiro. Acrescentou que a obra na área do turismo se encontra concluída, bem como a rede de percursos pedestres, salientando, contudo, que os financiamentos previstos não têm sido disponibilizados atempadamente pelo Governo, pelo que tem sido o Município a assegurar, antecipadamente, os respetivos encargos financeiros, para os quais não tem capacidade. Manifestou, por fim, a sua discordância

relativamente à atuação do atual Governo, considerando que os compromissos assumidos não têm sido concretizados.----------

------**Deliberação:** Posto a votação, foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS e da Mesa e seis votos contra dos membros do PPD/PSD e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.----------

------Seguidamente, quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos com vista a ultimar-se a elaboração da minuta da ata da presente reunião, a fim de a submeter de imediato a votação.----------

--------Reiniciados os trabalhos, quando eram dez horas e cinquenta minutos, e nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a presente minuta da ata, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas onze horas.----------

O Presidente em exercício das funções da Mesa da Assembleia Municipal,

Luís Miguel Silva Marques

A Primeira Secretária,

Andreia Sofia Santos Mota

O Segundo Secretário,

Marco António Gonçalves Teixeira

justificar este falhanço com heranças é um insulto à inteligência dos mesãofrienses. A responsabilidade política pela aprovação e pela execução da Estratégia Local de Habitação pertence exclusivamente a quem governou e continua a governar este concelho.

Sim, porque os senhores já lá estavam.
E sim, muitos dos digníssimos membros desta Assembleia também cá estavam.

Embora calados.

Os **Populistas da Temu** que hoje por cá aparecem passaram catorze anos calados, a bater palmas e a acenar com a cabeça. Aos senhores membros do Partido Socialista, importa recordar que muitos de vós já exerciam funções no mandato de 2017-2021 e aprovaram esta mesma estratégia.

**Por isso, são também politicamente responsáveis por este fracasso.**

O PSD defende a criação de uma verdadeira Incubadora de Empresas.

Uma incubadora com empresas, mentoria, investimento, inovação e sustentabilidade. Não um projeto que desvia prioridades e ignora a maior emergência social que o concelho enfrenta: a falta de habitação.

A vossa incapacidade de trabalho fez com que o maior pacote financeiro de investimento alguma vez destinado a Mesão Frio nem sequer chegasse à Ponte de Carrapatelo.

A vossa bazuca, como gostavam de lhe chamar, rebentou na cara dos mesãofrienses que procuram casa e não a encontram.

Rebentou na cara de quem queria regressar à sua terra e não consegue.

Rebentou na cara de quem queria permanecer em Mesão Frio e foi obrigado a partir.

E, no fim, rebentou também a vossa máscara.

Pela exigência de transparência absoluta na gestão dos recursos públicos, pela defesa da dignidade desta Assembleia Municipal e pela recusa em caucionar uma gestão marcada pela falta de planeamento, pela ausência de fundamentação e pelo desprezo pelo escrutínio democrático, os eleitos do Partido Social Democrata votam, convictamente, **CONTRA** a presente proposta.

**Mesão Frio, 29 de junho de 2026**

**Os Eleitos da Assembleia Municipal pelo PPD/PSD**

Mas os senhores podem ficar descansados: com a eliminação definitiva da revisão prévia dos projetos de execução, já não terão de inventar justificações processuais para adjudicações de última hora.

**Já esfregam as mãos?**

3. Sob o pretexto da eficácia, a estrutura deste procedimento e a excessiva delegação de competências no Presidente da Câmara servem, na prática, para blindar esta obra ao controlo do órgão colegial.

Mas os mesãofrienses que fiquem descansados.

Já em dezembro, nesta Assembleia Municipal, alertámos que as árvores adjudicadas tinham de ser exatamente as árvores que seriam plantadas. Hoje temos ainda mais informações e conhecemos ainda melhor a vossa forma de trabalhar. E também sabemos que, neste concelho, há uma constante: **não há obra onde o AVAC não acabe por aparecer.** Seja por alterações, trabalhos complementares ou soluções que ninguém previa.

Ao fim de tantas coincidências, deixa de se poder falar em coincidências.

Uma empreitada superior a um milhão e meio de euros, cujo histórico local de obras públicas, desde redes viárias a pavimentações, está marcado por erros e deficiências de execução, não pode ser gerida à porta fechada.

O escrutínio não é um incómodo. É um dever legal e um direito democrático do qual não abdicaremos.

4. Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística são um retrato preocupante da realidade de Mesão Frio. **Somos o segundo pior concelho do país na retenção de capital humano jovem e reprodutivo, registando a segunda maior perda nacional de mulheres em idade fértil (-11,87%) e uma quebra significativa da população jovem (-6,42%).**

**Num concelho que precisa urgentemente de fixar população e criar condições para que as famílias possam viver, trabalhar e constituir projeto de vida, a prioridade deste executivo não é a habitação.**

A prioridade parece ser construir um dormitório para públicos flutuantes e nómadas digitais.

**Mesão Frio precisa de casas, não de hotéis para nómadas digitais.**

**Mesão Frio precisa de casas, não de hotéis para as vossas diatribes políticas.**

O executivo socialista, composto pelas mesmas figuras que governavam a autarquia nos mandatos anteriores, falhou redondamente a execução da Estratégia Local de Habitação. Dos milhões anunciados, sabemos hoje que apenas três habitações de iniciativa privada deverão efetivamente avançar e andamos ao zigue-zague com as de Barqueiros. Tentar